Manhã de mandados de busca e apreensão, prisão por fake News, envolvendo Secretario da VG e aliado ex Prefeito Emanuel Pinheiro.

Operação Fake News da PF mira aliados de Emanuel Pinheiro e investiga crimes eleitorais contra governador Mauro Mendes

A Polícia Federal (PF) deflagrou, na manhã desta sexta-feira (14), a **Operação Fake News**, que investiga supostos crimes eleitorais e contra a honra praticados durante as eleições de 2022, com foco em ataques ao governador de Mato Grosso, **Mauro Mendes (União)**. Entre os alvos da operação está o ex-servidor da Prefeitura de Cuiabá **Luiz Augusto Vieira Silva**, conhecido como **"Guto"**, aliado do ex-prefeito **Emanuel Pinheiro (MDB)**. Também foram alvos o secretário de Assistência Social de Várzea Grande, **Gustavo Henrique Duarte**, e o militar reformado e caminhoneiro **Adavilso Azevedo da Costa**.

A operação, autorizada pelo **Núcleo Regional Eleitoral das Garantias I**, do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT)**, investiga a produção e divulgação de vídeos com informações falsas e caluniosas contra o governador Mauro Mendes durante a campanha eleitoral de 2022. Agentes da PF cumpriram mandados de busca e apreensão em endereços ligados aos investigados, incluindo a casa de Guto, localizada no Bairro Despraiado, em Cuiabá. Durante as buscas, foram apreendidos celulares e outros materiais de interesse para as investigações.

Prisão e resistência

Durante a operação, o secretário **Gustavo Duarte** foi preso por desacato aos agentes policiais. Ele foi liberado após responder em **Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO)**. Ainda não há informações detalhadas sobre o papel de cada um dos investigados nos supostos crimes eleitorais, mas a PF investiga a possível participação deles na disseminação de fake news contra o governador.

Histórico de Guto

Luiz Augusto Vieira Silva, o **Guto**, já foi alvo de ações judiciais relacionadas à disseminação de notícias falsas. Em 2018, ele foi processado pelo então vereador **Felipe Wellaton**, que o acusou de espalhar fake news. Em 2021, Guto foi condenado a pagar uma indenização de **R$ 10 mil** por danos morais. O ex-servidor é conhecido por sua proximidade com o ex-prefeito de Cuiabá, **Emanuel Pinheiro**, e sua atuação em campanhas políticas na capital mato-grossense.

Objetivo da operação

A **Operação Fake News** tem como objetivo apurar a autoria e a participação dos investigados na produção e divulgação de conteúdos falsos que possam ter influenciado o processo eleitoral de 2022. Segundo a PF, os vídeos analisados continham informações inverídicas e caluniosas contra o governador Mauro Mendes, com o intuito de prejudicar sua imagem durante a campanha.

A investigação é conduzida com base em provas coletadas ao longo dos últimos meses, incluindo análises de redes sociais e depoimentos de testemunhas. A PF também busca identificar possíveis financiadores e colaboradores da suposta rede de disseminação de fake news.

Repercussão política

A operação ocorre em um momento de tensão política no estado, com a oposição ao governo Mauro Mendes questionando a motivação das investigações. Por outro lado, aliados do governador afirmam que a ação da PF é necessária para coibir práticas ilícitas que possam comprometer a integridade do processo democrático.

Emanuel Pinheiro, ex-prefeito de Cuiabá e aliado de Guto, ainda não se pronunciou sobre o caso. Já o governador Mauro Mendes, em declarações anteriores, tem defendido a importância de combater a disseminação de fake news, especialmente em períodos eleitorais.

Próximos passos

Com a conclusão das buscas e apreensões, a PF deve encaminhar os materiais coletados para análise pericial. O Ministério Público Eleitoral (MPE) também acompanha o caso e deve oferecer denúncia contra os investigados, caso sejam confirmadas as irregularidades apuradas.

Enquanto isso, os alvos da operação aguardam os desdobramentos das investigações. Guto, Gustavo Duarte e Adavilso Azevedo da Costa poderão responder criminalmente pelos supostos crimes eleitorais e contra a honra, além de possíveis sanções administrativas e cíveis.

A **Operação Fake News** reforça a importância de combater a desinformação e garantir a lisura do processo eleitoral, em um contexto em que as redes sociais têm se tornado um campo fértil para a disseminação de notícias falsas e ataques políticos.